

**O udenismo no laboratório: semelhanças e diferenças ideológicas entre UDN/RJ –
Tribuna de Imprensa, UDN/SP – *O Estado de S. Paulo***

JOÃO LEONEL DA ROSA PANTOJA¹

O diálogo entre ciência política e história é tão complicado como o entre historiadores e os cientistas sociais². Como diz Peter Burke, é um diálogo de surdos. Cada grupo cultiva seu estereótipo sobre o outro. Enquanto, para os historiadores, os cientistas sociais abusam de jargões para esconder sua incapacidade de sustentar os modelos e teorias que propõem, os historiadores, para os cientistas sociais, seriam fetichistas do único, obcecados por fatos que não se repetem e que, logo, não nos ensinam nada. (BURKE, 2002: 12)

A discussão é antiga, mas não se dá apenas entre historiadores e cientistas sociais. É um debate interno entre historiadores que surgiu com os dois primeiros da espécie: Heródoto e Tucídides. Em sua História, Heródoto ainda está muito próximo dos poetas épicos: quer registrar ações para que o tempo não apague o heroísmo de gregos e persas. Tucídides tem pretensão mais ampla, pedagógica: as situações, diz, repetem-se, a história não traz novidades, leiam o meu livro, leiam o que digo, estudem e saibam como se comportar da melhor forma em situações semelhantes que voltarão a acontecer no futuro. Em passagem muito comentada, vista por muitos como uma crítica ao trabalho supostamente pouco útil de Heródoto, Tucídides diz:

“Pode acontecer que a ausência do fabuloso em minha narrativa pareça menos agradável ao ouvido, mas quem quer que deseje ter uma idéia clara tanto dos eventos ocorridos quanto daqueles que algum dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em consequência de seu conteúdo humano, julgará minha história útil e isto me bastará. Na verdade, ela foi feita para ser um patrimônio sempre útil, e não uma composição a ser ouvido apenas no momento da competição por algum prêmio. (TUCÍDIDES, 2001:15)”

¹ Mestrando em História Social pela Universidade de Brasília, financiado pela CAPES.

² Ao longo do artigo, não separo ciências sociais de ciências políticas, pois considero o que penso ser a característica principal de ambas, a busca de padrões para construção de modelos, que estaria em contraposição ao trabalho do historiador, que buscaria limites e exceções.

Não é de hoje, logo, que historiadores divergem e se preocupam com a utilidade de suas pesquisas. No século XIX, com o surgimento e o prestígio inicial das ciências sociais e das críticas levantadas contra a história, o debate continuou. No início do século XX, dois historiadores franceses, Marc Bloch e Lucien Febvre, chamaram atenção para a necessidade de a história começar a se utilizar das ferramentas e modelos criados pelas ciências sociais. Seria a única maneira de legitimar a pesquisa histórica e torná-la útil, como queria Tucídides, transformando-a também em uma ciência social legítima no mundo acadêmico. Uma das grandes contribuições de ambos foi a escrita de um novo tipo de história, posteriormente chamada de “história das mentalidades”, claramente inspirada na concepção de “representações coletivas” proposta por Durkheim. Como não poderia deixar de ser, a história das mentalidades foi duramente criticada por vários historiadores, principalmente por ignorar a diversidade e se concentrar demasiadamente em modelos de pensamento supostamente universais. Nas palavras de um crítico do conceito de mentalidades, Carlo Guinzburg:

“Insistindo nos elementos comuns, homogêneos, da mentalidade de um certo período, somos inevitavelmente induzidos a negligenciar as divergências e os contrastes entre as mentalidades das várias classes, dos vários grupos sociais, mergulhando tudo numa mentalidade coletiva indiferenciada e interclassista.” (GUINZBURG, 1988: 16)

Em 1971, surge um livro que retoma a questão para os historiadores, *A Escrita da História*, por Michel de Certeau. Crítico da relação entre historiadores e cientistas sociais, de Certeau quer fugir de propostas totalizantes, globalizantes. Historiadores não são cientistas sociais, não são economistas. Não pesquisam, ou não deveriam, pois é exatamente o que faziam em sua época, principalmente na França, séries, padrões, para construir teorias que expliquem tudo. O historiador, em suas palavras, deveria deixar de ser um Imperador, a fonte de todo o saber certo, e passar a ser o vagabundo: aquele que se preocupa com o que ninguém mais se importa, com o individual, com o que não se encaixa em padrões e séries (DE CERTEAU, 2008, 87). Sobre a utilidade dos limites em relação aos modelos pré-construídos, de Certeau afirma:

“Estes dois aspectos (os modelos e os limites) são, aliás, coordenados, pois se a diferença é manifestada graças à extensão rigorosa dos modelos construídos, ela é significativa graças à relação que mantém com eles a título de

desvio. Poder-se-ia dizer que a formalização da pesquisa tem, precisamente, por objetivo produzir “erros” – insuficiências, falhas – cientificamente utilizáveis. (DE CERTEAU, 2008: 86)”

É, de certa forma, uma convocação para os historiadores assumirem uma identidade em relação a um campo científico dominado por teorias e modelos construídos por cientistas sociais, dando ao historiador uma função crítica que contribui para a ciência. Enfim, o historiador não deve buscar o limite para negar os resultados alcançados pelos cientistas sociais e seus métodos, mas para mostrar suas fragilidades, seus erros e, portanto, aumentar a confiabilidade das teorizações globalizantes.

Enfim, a discussão é longa, antiga e não parece estar próxima de um fim. Admito, porém, minha simpatia pela posição de Michel de Certeau que, a meu ver, combina bem as propostas generalizantes das ciências sociais com as específicas da história. Os padrões supostamente encontrados por cientistas políticos, por exemplo, podem ser tomados como ponto de partida para historiadores analisarem os seus casos isolados exaustivamente, tentando validá-los ou invalidá-los. Por sua vez, os cientistas políticos podem recorrer a historiadores para se confrontarem com críticas e defeitos em seus modelos.

A grande síntese, porém, parece-me vir do filósofo Karl Popper. Apesar de não discutir exatamente a relação entre história e ciências sociais, Popper apresenta uma visão de ciência que nos ajudaria a pensar como, acredito, de Certeau pensou. A ciência, diz, nunca traz uma descrição exata e real do mundo investigado. É, sempre é, uma construção, uma tentativa de se aproximar do que seria definitivamente o real, tentativa que, apesar de impossível, traz novos conhecimentos para o ser humano. Logo, qualquer teoria científica é, deve ser, falseável, e deve mostrar como outro pesquisador pode fazer para criticá-la e revisá-la (POPPER, 2006: 80). Considerando o debate entre historiadores e cientistas sociais, penso que a visão de Popper apresenta um acordo que pode ser assinado por ambas as partes. Historiadores e cientistas sociais devem, ou deveriam, sempre entrar em debates sobre seus respectivos trabalhos e objetos, pois é a crítica, o questionamento, a diversidade existentes e incentivadas dentro do meio científico que garantem o progresso das ciências, não o dogmatismo, o silêncio e o pensamento único.

O propósito desta breve introdução sobre as querelas entre historiadores e historiadores e cientistas sociais é conectá-la com a querela que o trabalho tem com um dos estudos mais relevantes sobre a UDN (União Democrática Nacional) publicados no Brasil. Em *a UDN e o udenismo*, tese de doutorado defendida na USP e publicada em 1981, a cientista política Maria Victoria Benevides faz, primeiro, uma reconstrução factual da história da UDN e, na segunda parte do estudo, apresenta algumas hipóteses que deveriam ser sustentadas pelos documentos e fatos reunidos anteriormente.

Uma das hipóteses é o udenismo. Uma das grandes questões do estudo sobre a UDN é como um partido tão fragmentado, com diferenças tão grandes entre seus partidários, pôde se manter coeso por um período relativamente longo, considerando o tempo de vida de outros partidos na história brasileira pré-45. Além, claro, do uso oportunista das siglas por políticos personalistas, a autora levanta a hipótese do udenismo como uma espécie de cola ideológica. Difuso, difícil de definir, o udenismo uniria os udenistas em propósitos comuns, principalmente em questões de âmbito nacional.

Mas o udenismo vai além. Também uniria ideologicamente o partido com outros setores da sociedade. É o udenismo e suas características que unem ideologicamente UDN e Forças Armadas em diversos momentos, e, também, UDN e jornais conservadores espalhados pelo país. A autora cita exemplos de vários estados. Dois casos específicos me chamaram a atenção: a UDN de São Paulo e o *Estado de S. Paulo*, a UDN carioca e a *Tribuna de Imprensa*. Diz Benevides que ambos seriam jornais udenistas, que compartilhariam as visões da UDN de seus Estados, sendo, de certa forma, apropriados pelo partido como instrumento de difusão ideológica. Para fundamentar teoricamente o udenismo extrapartidário, Benevides apropria-se das idéias do filósofo marxista italiano Antonio Gramsci. Para o filósofo, um partido político é um entre vários instrumentos de difusão de ideologia e disputa pela hegemonia, e, principalmente, considera a possibilidade de um grupo intelectual de elite formar um “partido orgânico”, do qual instituição partidária e instituições jornalísticas são partes, frações. (GRAMSCI, 1968:23)

A UDN paulista e o *Estado de S. Paulo*, portanto, seriam duas partes do partido orgânico composto pelas elites intelectuais e econômicas de São Paulo, valendo o mesmo para a UDN carioca e a *Tribuna de Imprensa*.

Por mais instigante que as sugestões de Benevides são, não passam, a meu ver, de sugestões, por enquanto. Precisam de mais pesquisas, de mais documentos e fontes para serem validadas ou não. Eis a ponte com a discussão sobre historiadores e cientistas sociais. A pesquisa aqui proposta, afinal, não é mais que uma curtíssima linha na longa discussão apresentada anteriormente.

Por ser uma pesquisa de Mestrado, decidi me concentrar em dois casos, como dito. Inspirado por Popper, busquei uma forma que poderia me ajudar a confirmar ou não a validade da hipótese do udenismo em pelo menos dois casos. O udenismo da UDN paulista com o udenismo de *O Estado de S. Paulo* e o udenismo da UDN carioca com o udenismo da *Tribuna de Imprensa*.

Primeiro, o que é, afinal, o udenismo? A própria autora não apresenta uma definição absolutamente clara, mas pelo menos 3 características principais podem ser levantadas: o elitismo, o antiestatismo e o moralismo. Encontra-se o elitismo entre vários membros da UDN, principalmente após as várias derrotas eleitorais em âmbito nacional do partido. Consternados, dizem que o povo não é ilustrado o suficiente para saber como votar. Ignorante, estúpido, o povo precisa ser conduzido, levado por um grupo ilustrado de pessoas, por um partido de pessoas ilustradas, que educariam os brasileiros para deixarem de ser massa de manobra e passarem, finalmente, a ser cidadãos conscientes e independentes de populistas e demagogos como Vargas e Goulart, por exemplo.

O antiestatismo é ainda mais geral: uma atitude ampla e pouco específica contra a intervenção do Estado em questões econômicas. Porém, como dito, é pouco específico, e pode se alterar de acordo com a conjuntura política e das questões específicas de cada estado. De qualquer forma, o antiestatismo é, em geral, uma característica do udenismo que ajudaria a formar, pelo menos, uma identidade de propósitos, mesmo que, na prática, a UDN não pareça tão antiestatista quanto gostaria de ser.

Por último, e mais importante, é o famoso moralismo udenista. A atuação da UDN como oposição, que cobriu praticamente toda a sua história, concentrou-se fortemente em denúncias de corrupção e imoralidade no trato das questões públicas pelos governantes vigentes. Ainda hoje, quando denúncias de corrupção são levantadas contra algum governante, é comum escutarmos o denunciado apontando uma suposta volta da histeria moralista udenista.

Antes de apresentar a pesquisa, é necessário mostrar como e por quais motivos julgo insuficientes as conclusões feitas por Benevides nos dois casos citados. Vejamos, por exemplo, o caso do *Estado de São Paulo*. Segundo a autora, o jornal seria o braço da UDN na imprensa paulista (Maria Victoria Benevides, 1980, pg. 229). Para convencer o leitor das semelhanças ideológicas entre a UDN e o jornal, MVB concentra-se no elitismo do jornal e da UDN. Lembra um estudo conjunto publicado por Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado em 1980, "*O Bravo Matutino*". Ao analisar os editoriais e reportagens do Estado de São Paulo entre 1927 e 1937, as autoras concluem:

Para o ESP, uma das causas fundamentais dos problemas políticos com que se defrontava o país, no período estudado, residia na ausência das elites intelectuais; a superação desses problemas só se poderia conseguir mediante o forjamento de uma nova elite à altura das necessidades do país (...) Mesmo quando afastados do contato direto com as coisas da política, caberia a esses intelectuais – a partir da imprensa, da cátedra ou da literatura – formar e dirigir a massa inculta, forjando a “opinião pública, esteio sobre o qual se assentava, na concepção do jornal, o destino político da nação. (Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, 1980, pg.122)

Em 1947, o jornal mostraria não ter mudado sua posição elitista. Em artigo sobre a derrota do udenista Almeida de Prado para Ademar de Barros, um dos principais articulistas do ESP, Plínio Barreto, recomenda ironicamente alguns passos para os futuros candidatos:

O ideal será a abolição da gramática e a esterilidade absoluta de ideias. Procure apenas glosar os ditos populares e as frases em voga. Tudo isso no estilo dos cafés, dos bilhares, e do futebol (...) O candidato que não consiga disfarçar sua distinção está perdido. A vulgaridade deverá ser completa: nas

ideias, na linguagem, no vestuário, nos maneiras e até na cara (*O Estado de S. Paulo*, 26/01/1947)

A continuidade é certamente sugestiva: entre 1937 e 1947, dez anos se passaram, mas o elitismo do jornal não teria mudado. É de se perguntar, porém, se somente uma reportagem pós-45 é o suficiente para sustentar a permanência do elitismo do ESP. Logo, mais estudos empíricos são necessários para comprovar definitivamente a permanência do elitismo no ESP durante a Quarta República (1945-19640), período em que a UDN atuou.

O mesmo vale para a relação entre a UDN e a *Tribuna de Imprensa*. Para convencer o leitor, Maria Victoria Benevides nos informa um dado conhecido e extremamente relevante: um dos maiores nomes da UDN carioca, Carlos Lacerda, era dono da *Tribuna de Imprensa* e usou o jornal muitas vezes como divulgador de suas ideias. É verdade, como diz o próprio Lacerda, mas com uma ressalva:

Eu queria muito evitar que a Tribuna fosse um órgão da UDN, até porque isso era impossível. A UDN não podia ter um órgão - a UDN era uma maçaroca de tendências, as mais diversas, impossíveis de exprimir num só jornal. Sobretudo porque esse jornal exprimiu muito mais as minhas tendências que as da UDN. (Citado em Maria Victoria Benevides, 1980, p. 229)

Ciente da ressalva de Lacerda, Maria Victoria reduz a abrangência da representatividade da *Tribuna de Imprensa*: seria o grande instrumento da UDN carioca, da UDN lacerdista (Maria Victoria Benevides, 1980, pg. 229). Ainda assim, a observação de Lacerda é intrigante e merece ser pesquisada: teria, como sugere MVB, a *Tribuna de Imprensa* efetivamente servido como representante da UDN carioca, ou Lacerda teria conseguido usá-lo apenas como instrumento de suas ideias particulares?

Razoavelmente definidas as três características que formariam o udenismo, a próxima etapa é encontrar o udenismo em ação em algum momento importante da história Brasileira, momento capaz de mobilizar, de expor, as três características anteriormente explicadas. Escolhi o governo JK e, principalmente, o seu Plano de Metas e a construção de Brasília. Afinal, o Plano de Metas era um ambicioso projeto estatal de intervenção econômica, altamente propício para denúncias de corrupção. Além do mais,

a capacidade de Juscelino para mobilizar as massas e seu carisma também trazem o elemento do elitismo udenista e seu ressentimento contra políticos ao estilo de JK.

Por fim, a expectativa da pesquisa é, comparando as opiniões de parlamentares udenistas de São Paulo e do Rio de Janeiro com os jornais mencionados, trazer mais elementos para criticar ou sustentar a proposta de Maria Victoria Benevides. Espero, também, ter mostrado, com a breve apresentação do meu projeto de pesquisa, como o olhar do historiador para o específico, para momentos únicos, não precisa necessariamente estar em desacordo com o olhar mais amplo do cientista político. O historiador não é apenas um coletor de fatos passados que, na melhor das hipóteses, como diria Durkheim, poupa aos cientistas sociais o trabalho do levantamento das fontes. Desde que, claro, o historiador saiba olhar para o específico tendo em vista o geral, uma teoria mais ampla sobre o assunto que busca estudar exhaustivamente. E, também, que o cientista político esteja sempre aberto para a filosofia da ciência de Popper: aceitar os limites de suas teorias, aceitar que são construções temporárias de um real inacessível, que devem ser constantemente criticadas e testadas por novas pesquisas. Aceitas as condições, não há motivos para achar que historiadores e cientistas políticos não podem trabalhar juntos. Pelo contrário, a interdisciplinaridade seria praticamente uma obrigação.

BIBLIOGRAFIA

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

GUINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das letras, 1988

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

POPPER, Karl R. *Em busca de um mundo melhor*. São Paulo: Martins, 2006.